

# Exílio político brasileiro e circulação revolucionária internacional: um olhar para a Rede *Solidariedade*

Brazilian political exile and international revolutionary movement: a look at the Solidarity Network

MARIA CLAUDIA BADAN RIBEIRO  
IHEAL-SORBONNE-UNICAMP (FRANCIA/BRASIL)  
[mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com](mailto:mariaclaudia.badanribeiro@gmail.com)

Doutora em História Social pela USP e Pós-Doutora pelo IHEAL/UNICAMP com especialização em História Contemporânea do Brasil. Publicou diversos trabalhos com destaque para *As mulheres da Ação Libertadora Nacional* (Sales, Ribeiro, Lamparina, 2014), *A verdade ainda que tardia* (Cahiers des Amériques Latines, 2014), *A Produção de Sentido na Literatura e no Cinema sobre a Ditadura civil-militar* (Revista Olho d'água, 2014), *As redes políticas de solidariedade na América Latina*. (Tempo e Argumento, 2016) entre outros.

RECIBIDO: 16 DE OCTUBRE DE 2016

ACEPTADO: 12 DE NOVIEMBRE DE 2016

**RESUMEN:** A pesquisa que ampara este artigo teve como foco investigar os graus de relações políticas estabelecidas entre o movimento revolucionário brasileiro e o exterior, em países que favoreceram tanto a luta de brasileiros, como serviram de acolhimento e proteção aos exilados e perseguidos políticos. O presente texto traz um olhar sobre a Rede *Solidariedade*, grupo de apoio francês formado por antigos combatentes da Guerra da Argélia que deu contribuições importantes a diferentes movimentos revolucionários no Brasil e na América Latina.

**PALABRAS CLAVE:** Ditadura, Militância política brasileira, Luta armada, Redes de apoio estrangeiras, Exílio.

**ABSTRACT:** Our research focuses on investigating the degree of political relationship between the Brazilian revolutionary movement and others countries that have favored the struggle of Brazilian exiles. This text provides a look at the Solidarity Network, French support group formed by veterans of the Algerian War that has made significant contributions to various revolutionary movements in Brazil and Latin America.

**KEYWORDS:** Dictatorship, Brazilian Political Activism, Guerrilla, Foreign Support Networks, Exile

Badan Ribeiro, Maria Cláudia.

“Exílio político brasileiro e circulação revolucionária internacional: um olhar para a Rede Solidariedade”.  
*Kamchatka. Revista de análise cultural* 8 (Diciembre 2016): 183-203.

DOI: 10.7203/KAM.8.9085 ISSN: 2340-1869



## 1. Exílio, o espaço para estratégias

Neste texto trataremos das redes de ajuda que do exterior desempenharam um importante papel não só no acolhimento aos refugiados políticos brasileiros durante o regime militar, mas que também serviram como uma rede de transmissão do *pensamento e ação* revolucionários.

Este artigo é fruto de minha pesquisa de pós-doutorado realizada no Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL/Sorbonne Nouvelle-Paris) e na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e procura mostrar como uma “cultura militante sem fronteiras” foi se constituindo nos anos 1960-1970, atravessando países e continentes, se formando ou se desfazendo em alguns momentos e se solidificando em outros. Como afirmou Maria Lygia Quartim de Moraes, aqueles anos foram anos de internacionalismos, da solidariedade e da descoberta das identidades. E, “na velha retórica comunista-socialista a palavra ‘solidariedade’ era um valor respeitado” (Moraes, 1996: 53).

A solidariedade esteve presente, sobretudo na luta contra as ditaduras que tomavam conta de um mundo dividido pelo contexto da Guerra Fria e que exigia uma tomada de posição reativa ou ofensiva. Para além das discordâncias políticas no seio da esquerda brasileira e internacional, e da contradição que a vontade em ajudar as vítimas da repressão pôde representar, as redes de militância de esquerda e simpatizantes permaneceram e se difundiram naqueles anos.

Se a unidade da América Latina é em parte fictícia no que se refere às forças de oposição de esquerda, dada sua propagação física e ideológica, podemos dizer que ela existiu em determinados momentos, já que a ideia corrente até então, e que animou muitos daqueles jovens militantes, era a luta por uma América Latina livre, pela libertação de seu povo, herdeiro de Emiliano Zapata e de Augusto Sandino<sup>1</sup>. A ideia era então acender a chama comunista, socialista e anticolonialista pelo mundo, tendo como inspiradores a Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), ocorrida entre julho e agosto de 1967 em Cuba<sup>2</sup>.

Se Moscou era oficialmente contrária aos movimentos de luta armada na América Latina enviou, em contrapartida, agentes ao continente para produzir relatórios, para angariar simpatias e emprestar seu apoio logístico a quem seguia sua linha pacífica. E eram de conhecimento russo, as

<sup>1</sup> A revolução nicaraguense em 1979 se apresentava como herdeira de Augusto Sandino, tendo na figura de Carlos Fonseca, um de seus principais divulgadores. Augusto Sandino foi lembrado por outros grupos revolucionários na América Latina, assim como as figuras de Simón Bolívar e José Martí serviram como exemplos inspiradores. Mesmo que estas figuras tenham tido menor projeção na realidade brasileira, pelo seu histórico de colonização portuguesa, a figura de Augusto Sandino chegou a ser mencionada em alguns documentos que circulavam na esquerda da época, como no documento “Problemas estratégicos da Guerra revolucionária” de autoria de Vander Silveira (AEL BNM n° 38), num comunicado da *Classe Operária* de maio de 1968, órgão do Comitê Central do PC do B, intitulado “Alguns problemas ideológicos da revolução na América Latina” (AEL BNM n° 54) e no jornal *Areial*, no texto “União das Esquerdas para se chegar à Vitória”, produzido pelos militantes do PCB da Bahia e apreendido pela polícia brasileira no ano de 1969 (AEL BNM n° 279). Os escritos de Emiliano Zapata também eram lidos pela militância. O Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) num informe produzido para seus militantes não deixou de lembrar os grandes levantes armados camponeses dirigidos por líderes distantes da esquerda tradicional. A militância tentava à luz do estudo das lutas passadas compreender o papel das massas nas revoluções e sugeria e distribuía a leitura de textos em espanhol a seus militantes. Alguns livros acerca de Zapata e de sua biografia chegaram a ser apreendidos pela polícia política nos chamados *aparelhos* e mesmo no interior da Penitenciária Lemos de Brito no Rio de Janeiro, um exemplar foi encontrado junto de um preso comum. Zapata chegou a ser utilizado como codinome por um militante do MR-8 (AEL, BNM n° 40, 93 e 414).

<sup>2</sup> A Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) tal como a Tricontinental que a antecedeu (jan. 1966), tinha como objetivo criar uma Internacional Revolucionária no Terceiro Mundo, mas com características regionais latino-americanas. Como afirmou Moniz Bandeira, a OLAS foi menos homogênea e menos disciplinada que a sua antecessora, mas pregava igualmente criar, “um, dois, três, muitos Vietnãs pelo mundo” (Moniz Bandeira, 1998: 574).

entradas e saídas de guerrilheiros no país, utilizado como rota de passagem para a realização de treinamentos em Cuba (Moniz Bandeira, 1998: 597).

Os pilotos de Ben Bella na Argélia, por exemplo, eram soviéticos. Em Angola, pessoas do governo cubano em missões secretas, ajudaram o país a adotar a sua nova moeda, estimulando também a luta dos independentistas. Agentes da STASI alemã eram enviados a Cuba, Argentina e Bolívia chegando a participar, alguns deles, diretamente dos confrontos armados na América Latina, ou fornecendo cursos teóricos e práticos (BSTU, 1964-1985 e Moniz Bandeira, 1998: 566-567).

Mesmo na China, militantes brasileiros chegaram a realizar cursos teóricos sobre a guerra de guerrilhas, como atesta Marco Aurélio Lisboa, militante do PC do B. Pelo menos três turmas foram enviadas para o país nos anos de 1964, 1965 e 1966, onde tinham lugar as aulas na Academia Militar de Nanquim<sup>3</sup>.

Não podemos desprezar os contatos entre os partidos comunistas mundo afora. Sua máquina era bem organizada com células, contatos e até a prosaica, mas necessária, conta bancária. O Partido Comunista russo oferecia cursos de formação política e a URSS servia como retaguarda, principalmente em casos de refluxo, quando os militantes podiam pedir asilo e ajuda<sup>4</sup>.

Saber utilizar esta estrutura era fundamental para a articulação guerrilheira latino-americana. Como afirmou Paulo Cannabrava, a frase dita em outros países “eu sou um comunista brasileiro” abria portas. Como ele declarou, “eu nunca abdiquei que nos éramos do Partido, quem rompeu conosco foi o Comitê Central, nós nunca quisemos romper com ele<sup>5</sup>”. As ligações entre o PCB e os outros partidos comunistas o levaram à Coreia do Norte, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Itália, Argélia e Moscou aonde em suas palavras, ele chegava para “cobrar fidelidade”.

Do apoio dos Partidos Comunistas europeus e latino-americanos ele conseguia passaportes, passagens, ajuda financeira, rotas de saída e entrada e divulgação da luta brasileira. Foi ele quem, chegando a Cuba, por exemplo, levou o primeiro documento escrito pelo Agrupamento Comunista de São Paulo que viria a se tornar a Ação Libertadora Nacional (ALN).

Luiz Carlos Prestes, por exemplo, continuava sendo o quadro de referência para o Partido Comunista Italiano (PCI), e os contatos no mundo socialista continuaram a ser realizados pela luta armada a partir das ramificações de sua estrutura, como a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Sindical Mundial em Praga, a União Internacional dos Estudantes na Hungria, a União Mundial de Mulheres em Berlim Oriental<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Lisboa, Marco Aurélio. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por Maria Claudia Badan Ribeiro em 04-13 de outubro de 2009. Ver Filgueiras, 2014: 381-391 e 427.

<sup>4</sup> Muitos quadros do Partido Comunista exilaram-se em território russo. O escritor Volodia Teitelboim então Secretário Geral do Partido Comunista Chileno, denunciou, por exemplo, o golpe no Chile, utilizando o programa *Escucha, Chile!* na Rádio Moscou. (Teitelboim, 2001).

<sup>5</sup> Paulo Cannabrava faz referência à dissidência que originou a Ação Libertadora Nacional (ALN), quando quadros políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) recusando as teses do VI Congresso (dez.1967) e contrários a sua estratégia de transição pacífica ao socialismo, romperam com ele, formando o Agrupamento Comunista de São Paulo que mais tarde viria a ser a ALN. Capitaneada por Carlos Marighella, que contrariando as diretrizes do partido, participou em agosto do mesmo ano da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba, a dissidência contou com a participação de grande parte do Comitê Estadual de São Paulo (chamada internamente de Corrente Revolucionária), que aderiu à ideia de luta armada, desvinculando-se do Comitê Central, representado por Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias (Gorender, 1987: 89-92). Cannabrava, Paulo. Entrevista. [maio 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012.

<sup>6</sup> Del Roio, José Luiz. Entrevista. [abr. 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012.

Contatos políticos também foram realizados com outras forças de esquerda que se dispuseram a dar suporte aos recém-chegados ou a denunciar as mortes e desaparecimentos políticos no Brasil, como a Liga Comunista ligada à IV Internacional ou a Esquerda Proletária francesa<sup>7</sup>. Alguns sindicalistas brasileiros exilados continuaram ligados a centrais sindicais europeias como a Confederação dos Sindicatos Cristãos (CSC), mantendo vínculos com a Confederação Geral do Trabalho da Bélgica (FGBT) ou com a Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT)<sup>8</sup>.

As redes de solidariedade também foram feitas de maneira informal e espontânea contando com a ajuda de simpatizantes e colaboradores como familiares, amigos e auto exilados, sem um vínculo permanente com as organizações de luta armada. Parte da igreja e algumas de suas associações também deram contribuições importantes<sup>9</sup>. Existiu uma solidariedade interpessoal manifesta na interação cotidiana, nos locais de trabalho, estudos, lazer ou mesmo em determinados bairros<sup>10</sup>.

Quando se aborda a questão dos brasileiros no exterior naquele contexto, leva-se em conta, contudo, o processo de desenraizamento sofrido por grande parte da esquerda revolucionária brasileira obrigada a se exilar em países europeus. Um sentimento de expulsão sempre aparece mesclado nas falas desses militantes, às dificuldades de adaptação de diferentes ordens: linguísticas, geográficas e políticas.

Ao olhar mais detidamente para essa experiência, podemos notar que apesar da palavra de ordem do regime militar “*Brasil: Ame-o ou deixe-o!*”, o exílio para uma grande parcela de militantes, não foi vivido como uma capitulação, mas antes como uma trincheira de luta. Como afirmou Franco, o imaginário da “vítima” ou do “privilegiado” se condensaram de tal maneira em relação à experiência de exílio, que sua utilização restringiu o olhar, carregando-o *a priori* (Franco, 2008: 20).

Utilizando-se de vários canais de solidariedade encontrados no exterior os revolucionários também deram continuidade às tarefas de militância, utilizando as redes formais e informais de cooperação encontradas nos países estrangeiros. As atividades de auxílio à resistência armada continuaram a ser desempenhadas, ainda com maior complexidade, tanto por militantes em trânsito como por exilados radicados no exterior. O exílio representou para uma boa parte da esquerda brasileira e latino-americana uma escola de militância.

Embora Rollemberg (1999) tenha reunido farta documentação na França sobre as principais instituições de apoio ao militante, o exílio foi considerado pela autora como um espaço essencialmente de reconstrução pessoal e de luta pela anistia em especial após o ano de 1973 (ano do golpe militar chileno em que os afluxos para o exterior aumentaram consideravelmente) e já dentro, segundo ela, de ideias incipientes de democracia e diametralmente opostas às ideias autoritárias em voga nos movimentos de luta armada. A luta para a historiadora, portanto, numa ampla radiografia

<sup>7</sup> A liga denunciou internacionalmente, por exemplo, a morte do militante brasileiro Luiz Eduardo Merlino.

<sup>8</sup> Os contatos no meio sindical europeu foram explorados pela socióloga Maria José Chotil em trabalho de Pós-doutorado e por Ricardo Pimenta. Ver, Chotil (2015) e Pimenta, 2014: 231-246.

<sup>9</sup> Podemos citar aqui a atuação do Conselho Mundial de Igrejas, o Mouvement Rencontre de Frères, o Conselho Igrejas Cristãs dos Estados Unidos. Ver, Green (2003). O Conselho Ecumênico de Igreja no Brasil terá grande protagonismo junto aos Conventos e Igrejas Presbiterianas pelo país, que puderam não só retirar pessoas do Brasil, como proporcionar sua chegada em segurança ao exterior. Organismos religiosos colaboraram também com obtenção de fundos de greve para Osasco no final dos anos 1970 e uma expressiva quantidade de clérigos engajados brasileiros e estrangeiros também deram suas contribuições.

<sup>10</sup> O bairro de Trastevere, ponto histórico do movimento anarquista italiano, deu muita colaboração aos militantes brasileiros, em especial àqueles chegados do treinamento guerrilheiro em Cuba, conforme nos relatou José Luiz del Roio.

feita do exílio, foi considerada no limite da derrota do projeto revolucionário e de suas consequências em terras frias e distantes.

A militância política, portanto, e suas identidades político-partidárias transnacionais (notadamente dentro do paradigma radical) ficaram silenciadas quando a experiência revolucionária passou a ser portadora de uma sanção moral no exterior, em consonância com a política de acolhimento a refugiados pelos Estados europeus, e pela necessidade de um viés de luta contra a violação dos direitos humanos.

Ao se concentrar nos efeitos do exílio sobre a vida militante suas causas, portanto, foram mitigadas, o que poderia fornecer bons caminhos para compreender o movimento revolucionário no exterior e suas relações conflitantes mantidas com os países estrangeiros de acolhimento. Se as forças progressistas e emancipatórias naqueles anos estavam circunscritas à linguagem da revolução e do socialismo, caberia perguntar, como fez Boaventura de Sousa Santos, se a política de hoje, que recorre à linguagem dos Direitos Humanos, é capaz de preencher o vazio deixado pelo socialismo mobilizando as mesmas forças de oposição, dada sua “crise aparentemente irreversível” (Santos, 2009: 10-18).

Nossa preocupação foi a de identificar os apoios que ocorreram no exterior tendo como marco temporal o período que se convencionou chamar de a primeira fase do exílio<sup>11</sup>. Ou seja, um período compreendido entre a o golpe civil-militar brasileiro (março de 1964) e o golpe chileno (setembro de 1973), quando muitas estruturas formais de acolhimento eram ainda incipientes e os militantes das organizações armadas utilizaram as redes de esquerda estrangeiras para se estabelecerem no país ou para impulsionar o movimento revolucionário em seu país de origem. A chegada de brasileiros à França, após o golpe chileno atravessou outro tipo de política estando mais amparados pelas redes de ajuda oficiais quando chegaram<sup>12</sup>.

O exílio foi vivido para muita gente como um elemento de continuidade externa de luta, já que uma das disposições mais frequentes entre esses militantes era voltar ao Brasil. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), por exemplo, chegou a organizar seu retorno ao país no ano de 1972, como afirmou Claudio Gutiérrez, (Gutiérrez, 1999)<sup>13</sup>. Mesmo em situação de risco Paulo Cannabrava

<sup>11</sup> Considera-se na historiografia como sendo uma primeira fase de exílio a ida de muitos militantes brasileiros para o Chile no imediato pós-golpe de 1964 bem como daqueles que saíram trocados por embaixadores, em particular no ano de 1971. Havia também militantes que banidos do território brasileiro no ano de 1970 e levados para o México e para a Argélia, foram se juntar posteriormente ao grupo brasileiro em Santiago do Chile.

<sup>12</sup> Os exilados políticos puderam tanto utilizar organismos como o CIMADE (Comité Inter Mouvements Auprès Des Évacués), Secours Populaire (Socorro Popular), Secours Catholique (Socorro Católico), OFPRA (Departamento francês de proteção de refugiados e apátridas) e ACNUR (Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados) como contar com a pressão dos setores progressistas da sociedade francesa sensibilizados com o golpe e a truculência chileno (Franco, 2008: 45-46).

<sup>13</sup> É importante frisar que a decisão de reorganização da VPR em 1972 se deve em parte à atuação de Cabo Anselmo, agente infiltrado da ditadura, que tinha como objetivo exterminá-la. Ver, Palmar (2006). Quadros da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) chegaram a articular, porém, com militantes franceses a volta ao Brasil dos quadros menos comprometidos. Na literatura especializada, o ano de 1972 aparece como o ano de maior atividade da Rede *Solidariedade* (Perrault, 1984). Outras infiltrações ocorreram já em Cuba, causando a morte de dezoito militantes do MOLIPO que voltaram ao Brasil entre os anos de 1971-1972. Ver, Paz (1997), Dias (2012) e Rollemberg (2000). A vontade de retorno ao país era muito grande. Sônia Moraes, Moacir Vilela, Maria da Conceição Sarmiento Coelho da Paz e mais dois militantes da ALN voltaram ao Brasil entre os anos de 1972-1973. Sônia Ferreira Lima, militante da ALN pretendendo se reintegrar à ALN, entrou três vezes em território brasileiro saindo do Chile. Eliete Ferrer morando na Suécia entrou clandestina no Brasil no ano de 1977. Roberto de Fortini, ligado à VPR continuou militando depois de sua prisão e banimento, quando foi trocado pelo sequestro do embaixador suíço. Retornando em 1971 ao Cone Sul, Fortini se estabeleceu numa região fronteiriça entre Argentina e Brasil para continuar a realizar trabalho político, atuando na área mesmo após o golpe chileno. Nelson Chaves entrou clandestinamente no Brasil no ano de 1975 assim como Ricardo Zarattini e Dario Canale voltaram em maio de 1974 ao país sendo presos em 1978, o que obrigou o governo militar a suspender seus banimentos através de um ato complementar para poder processá-los. (Del Roio, 2006: 220).

voltou ao Brasil, vindo da Coreia do Norte, imediatamente após o assassinato de Carlos Marighella<sup>14</sup>. O trânsito dos militantes da ALN pela fronteira foi intenso até fevereiro de 1973, orientado sempre pela Coordenação Nacional<sup>15</sup>.

Muitos brasileiros chegaram ao exterior com rejeição à ideia de ser exilado. Como Mariza de Melo Foucher afirma, “eu me sentia muito mal em deixar o Brasil. Eu fiz de tudo para não chegar como exilada”. Ela acrescenta: “não foram só os grupos organizados que saíram do Brasil, muitos saíram porque tinham outras atividades políticas, outras táticas, outras maneiras de protestar”<sup>16</sup>. Militantes chegando ao exterior tentaram manter a clandestinidade na expectativa de voltar ao país sem ter solicitado documentação ou procurado agências de ajuda internacional a refugiados. Outras, podendo ir a Europa a trabalho serviram como agentes de ligação, como foi o caso de Vera Gertel e Augusto Boal<sup>17</sup>. A ideia do “exilado independente e legal” permitiu uma série de atividades no exterior, favorecendo o trânsito de pessoas e o jogo de alianças no exterior.

O treinamento de militantes exilados e/ou de banidos brasileiros em Cuba também demonstra que o trânsito externo foi intenso sob uma “capa de legalidade”, e usando os métodos e as condições existentes da época para repasse de informações, para discussões internas, para obtenção de numerário, para a realização de cursos e treinamentos militares e para uma série de tarefas de solidariedade revolucionária (informação verbal)<sup>18</sup>.

Militantes estrangeiros radicados ou não em território brasileiro, também deram suas contribuições à guerrilha realizando tarefas de apoio através de suas atividades profissionais legais ou já se transferindo ao Brasil para viver em situação de semiclandestinidade<sup>19</sup>.

Não fosse a atuação política desses militantes no exterior, para além de outras questões específicas dos países que os acolheram, o que estimulou também comentários e preocupações de parcelas de direita, não haveria uma mudança progressiva de qualidade nas relações institucionais

---

<sup>14</sup> Cannabrava, Paulo. Entrevista. [maio 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012.

<sup>15</sup> Paz, Carlos Eugênio. Entrevista. [set. 2003]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2003.

No seu caso, seu viés de luta era a ecologia política, que defendia a causa indígena, realizava ocupações urbanas em Manaus, denunciava a construção da Transamazônica e a Zona Franca de Manaus que utilizava os índios da região como mão de obra barata. Foucher, Mariza. Entrevista. [nov. 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, França, 2012.

<sup>17</sup> Vera Gertel viajou como pombo-correio de Carlos Marighella por Paris, Praga e Alemanha Oriental. (Gertel, 2013: 167-174). Augusto Boal levou a Paris mensagens de Carlos Marighella para os militantes da organização (Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1971).

<sup>18</sup> Informações provenientes de várias fontes. Miyaki, Darci. Entrevista. [ago. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Indaiatuba, SP, 2010; Corbisier, Ana. Entrevista. [abr. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro, SP, 2010; Zamikowski, Eliane. Entrevista. [set. 2010] Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2010; Apgua, Ricardo. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por Maria Claudia Badan Ribeiro em 05 de junho de 2008; Menezes, Valdemar. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por Maria Claudia Badan Ribeiro em 04 de abril de 2008; Fayal, Tania. Entrevista. [mar. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. RJ, 2010.

<sup>19</sup> Birck, Danielle. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por Maria Claudia Badan Ribeiro em 05 de setembro de 2010; Breyton, Nair. Entrevista. [jun. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2010. Não era tarefa fácil sendo estrangeiro no Brasil, poder ajudar a militância política. À menor suspeita dos órgãos de segurança, estas pessoas poderiam ser expulsas do país, sob a alegação de que sua permanência era contrária aos interesses nacionais. A obtenção do visto para entrar no Brasil passou a depender a partir de 1976, por exemplo, de um Conselho Nacional de Imigração. As categorias mais visadas eram os latino-americanos e os missionários estrangeiros. Além disso, havia a chamada lista negra feita pelo governo que poderia impedir toda e qualquer pessoa de entrar no país, mesmo que muitas delas não sofressem perseguição política formal.

estabelecidas entre os países, onde o controle passou a ter maior tônica<sup>20</sup>. As redes subterrâneas de resistência que continuaram agindo no exterior, também foram alvo de investigações por parte da polícia política brasileira e pelo Itamaraty chegando mesmo a ocupar as páginas dos jornais franceses, suíços e alemães<sup>21</sup>.

Se nos anos 1960 se assistiu na França a uma espécie de “descolonização da figura do inimigo interno”, a partir de 1973-1974 o país decidiu fechar suas fronteiras e se engajou numa política de segurança do território (Rigouste, 2011: 115-116). Esta política passou a ser sentida pelos exilados brasileiros, como demonstram também os documentos do Ministério do Interior francês sobre o controle de pessoas (africanos, árabes e latino-americanos). Foi, sobretudo, durante o governo de Valéry Giscard d’Estaing que esta política ganhou corpo, e a proteção do país contra os “estrangeiros subversivos” se tornou uma responsabilidade coletiva (Rigouste, 2011: 155-156).

Pouco destaque, portanto, foi dado às redes que funcionaram de maneira clandestina, dependentes de simpatias pessoais e políticas, de diretrizes da organização ou da constituição de novos grupos de resistência no exterior, tanto na América Latina (Guatemala, Venezuela, Peru, Nicarágua), como na Europa e até em alguns países africanos, onde brasileiros se integraram à luta de libertação como em Guiné Bissau e Angola imbuídos da ideia de uma revolução continental (Cannabrava, 2003).

O exílio não se constituiu apenas num recurso para escapar à repressão brasileira. Embora as vivências no exterior também tenham permitido aos militantes um aprendizado, estando em contato com novas experiências, as ideias de democracia absorvidas no exterior quando o enfrentamento

<sup>20</sup> Antes de 1973 quando o golpe militar chileno mobilizou toda a comunidade internacional, a entrada de brasileiros nos países de exílio não parece ter sido tão facilitada como nos anos seguintes- (Dressel, 1996). Havia necessidade de comprovação por parte dos militantes, de seu “grau de periculosidade” para obter a documentação de refugiado no país. Grande parte dos militantes que chegaram à França fugindo do Brasil ou em tarefas da organização chegou com documentação falsa. Uma carteira falsificada para os exilados, por exemplo, podia em alguns casos, trazer mais vantagens do que um documento obtido da ONU, que poderia chamar atenção sobre suas atividades consideradas ilegais (Molica, 2003: 208).

<sup>21</sup> “Seriam eles terroristas?” ou “O que fazer com os terroristas?” Era como se questionava, por exemplo, o jornal alemão *Die Welt* no ano de 1974. François Refoulé, por exemplo, no *Le Monde*, num texto intitulado “Liberté et responsabilité de l’éditeur” datado de 24 maio de 1970 chamava a atenção para a problemática da publicação *Pour la Libération du Brésil* de Carlos Marighella. Na *Tribune de Genève* em texto de A. Bn. intitulado “Torture et Répression au Brésil”, datado de 3 de fevereiro de 1970 fazia-se uma crítica à conveniência das denúncias do religioso Jan Talpe. Parecia melhor ao jornalista que Talpe participasse mais das questões nacionais do que da denúncia dos problemas dos países distantes do Terceiro Mundo. Nas matérias “La Suisse de la Frousse” e “Le terrible Témoignage des brésiliens expulsés” de Jean Marie Vodog, publicadas na *Feuille d’Avis de Lausanne* nos dias 16 e 17 de novembro de 1970 respectivamente, criticava-se o comportamento do Estado suíço em dar ordem de expulsão a Apolônio de Carvalho e Ladislau Dowbor. Estando em Genebra a convite da Liga dos Direitos Humanos para uma entrevista, os militantes defenderam a utilização de métodos violentos para derrubar o governo brasileiro. A notícia repercutiu no Brasil no *Correio da Manhã*, que publicou matéria no primeiro caderno na data de 10 de nov. de 1970 relatando o caso, entendido pela polícia suíça como quebra da neutralidade do país (sobre a influência do governo brasileiro neste caso ver Cruz, 2016: 156-157). Sob o mandato de Georges Pompidou entre 1969-1974, por exemplo, o governo francês a pedido dos militares brasileiros, havia proibido a entrada de Miguel Arraes na França. Havia sobre Miguel Arraes, aliás, um grosso dossiê à disposição dos arquivos do Ministério do Exterior (Rolland, 2008: 63-75). O embaixador francês no Rio de Janeiro chegou a afirmar, “[...] me pergunto se é oportuno autorizar chegada maciça de exilados brasileiros em nosso país, ou daqueles pelo menos notórios que tiveram um papel propriamente político no antigo regime brasileiro, arriscando chamar a atenção sobre eles, de maneira intempestiva. (Rolland, 2008: 56-57 tradução nossa)”. O pesquisador brasileiro Rodrigo Nabuco chamou de um “total paradoxo” a política francesa. Segundo ele, a escolha da França como local de exílio por brasileiros era muito mais inspirada em referências intelectuais dos jovens militantes como Sartre e o existencialismo do que na realidade. Como ele afirmou em entrevista a Radio France Internationale (RFI) “Uma coisa era a política na França, outra coisa era a imagem do país. Na metáfora do lobo, seria como esconder-se na toca do lobo”. O professor Luiz Felipe D’Alencastro afirmou que embora sempre em contato com outros brasileiros, isso não impediu que sentisse “um grande isolamento na França”. Mesmo a milhares de quilômetros do Brasil, ele não deixava, contudo, de tomar suas precauções para escapar da ditadura. A partir de 1966 quando se exilou na França, adotou o pseudônimo de Júlia Juruna para assinar artigos sobre a política brasileira, publicados pelo jornal francês *Le Monde Diplomatique*. (Fernandes, 2014). Ver, Nabuco de Araújo (2011).

armado chegou ao fim, eram no limite experiências de bem-estar-social bastante diferentes do programa revolucionário desta geração de combatentes<sup>22</sup>.

Seria apressado, portanto, afirmar que o exílio foi vivido pela militância política enquanto “uma crise geral do sujeito revolucionário” quando a luta no exterior passou a ser mais de denúncias contra as violações dos Direitos Humanos. Os exilados haviam descoberto segundo Roniger, o poder mobilizador do discurso emergente dos direitos humanos e, “embora não o adotassem a partir de um princípio em forma total, o faziam de uma forma tática (Roniger, 2011: 53)”.

Nas formas de denúncia, por exemplo, não havia espaço para reivindicações setoriais ou identidades partidárias ou políticas muito definidas. A omissão do passado e da experiência política das vítimas foi característica marcante do exílio segundo Franco, cujo comportamento tinha como objetivo se distanciar da suspeita de violência, terrorismo ou esquerdismo (Franco, 2008: 99). Mesmo as discussões a respeito da formação de um II Tribunal Bertrand Russell para o Brasil foram acaloradas, dividindo a população comunista, integrantes da luta armada e religiosos engajados<sup>23</sup>.

Nas campanhas realizadas no exterior, em raros momentos se chegou a falar sobre as motivações que levaram esses militantes e simpatizantes a serem presos no Brasil. A própria Anistia

---

<sup>22</sup> Em um texto bastante lúcido como irônico Luiz Alberto Sanz, exilado na Suécia nos informa sobre as “soluções economicistas da esquerda sueca”. Entre seu trabalho de estivador no porto de Estocolmo e o prazer de comer passas soviéticas, ele afirma: “A exigência agora é de seis horas [de trabalho] com salário de oito. O capitalismo sueco pode muito bem, conceder tais exigências. Não afetará seus enormes lucros” (Cavalcanti, 1978: 309-313).

<sup>23</sup> Márcio Moreira Alves em correspondência mantida com o senador Lélío Basso se preocupava com os efeitos do Tribunal na desmobilização da luta popular no Brasil e chamava a atenção para a necessidade de se politizar a questão para além das denúncias das violações dos direitos humanos e dos casos de tortura. O deputado não era um defensor da luta armada, mas se preocupava com a força que o tribunal poderia ter aos olhos da opinião pública, questionava-se sobre a conveniência de um tribunal nos moldes do Vietnã, e inquietava-se com a possibilidade de desperdiçá-lo quando uma ocasião futura se apresentasse. Mesma posição esboçou Dom Hélder Câmara, quando afirmou que “[...] as torturas são consequência de outros delitos [...] Um tribunal sim, mas um tribunal capaz de chegar ao coração do problema da violência no mundo de hoje”. Outra voz que se levantou a favor de uma maior politização do Tribunal foi a do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. Arraes também foi o responsável pela criação de uma organização revolucionária a partir do exterior, chamada Movimento Popular de Libertação (MPL). Embora ele não defendesse abertamente a luta armada, não deixou de cuidar da manutenção dos quadros da resistência a partir da *Intrade*, empresa que funcionou a partir de comissões de grandes multinacionais. O dinheiro servia, segundo afirmou Francisco Catão, que integrou a *Intrade*, “para financiar movimentos e dar cobertura”. Mais do que um grupo político, o MPL representava um apoio à mobilização no Brasil e ao mesmo tempo uma influência nos meios europeus. Informações sobre ele indicam que surgiu ainda em 1968 no Brasil, ganhando, contudo, maior expressividade no exterior, atraindo dominicanos, operários, intelectuais, empresários e sindicalistas e permanecendo atuante até o ano de 1974. Em depoimento, Carlos Eugênio Paz, que conviveu por muitos anos como assessor político de Miguel Arraes, disse que o ex-governador era um entusiasta da luta armada enquanto Carlos Marighella ainda era vivo.

Internacional impunha como condição para dar proteção aos refugiados que eles “não houvessem feito uso da violência” (Rollemberg, 1999: 250)<sup>24</sup>.

Observando o contexto da época constatamos que a defesa dos direitos do homem aparece como o motor de um combate global. Claro que a campanha pelos Direitos Humanos tinha seu valor ofensivo, pois, podia isolar na opinião pública internacional as ditaduras na América Latina, preparando suas quedas <sup>25</sup>. Mas, podemos nos questionar como Franco, “que mudanças nas identificações políticas e representações do passado a luta pelos direitos humanos encobre?” (Franco, 2008: 23). Por que a escrita deste período silenciou a história prévia ao golpe e a atuação política estratégica durante o exílio?

Se houve controle e vigilância do governo francês em relação aos exilados políticos, é necessário compreender a minimização brasileira dessa luta, como, por que e em que momento ela se deu. Uma investigação nesse sentido pode redimensionar para nós questões muito presentes na política atual brasileira. A negação da condição de revolucionário, as versões que tentam se desprender das estruturas violentas de atuação no passado, ou mesmo os arrependimentos e as adequações aos mecanismos de poder e de governo.

Os desdobramentos desse pensamento explicam também em parte o grande conflito desses militantes na volta ao Brasil. Muitos deles introjetaram a ideia “da militância sem militância<sup>26</sup>” assim que foi aprovada em agosto de 1979 a Lei de Anistia. Alguns eram da opinião que apenas os militantes que não eram da luta armada teriam respaldo e aceitação da opinião pública brasileira, para retornarem. Deviam, portanto, voltar em vagas, assim como saíram e sempre os mais implicados, por último.

---

<sup>24</sup> As motivações para o silêncio a respeito da intensa atividade militante no exterior, alimentada pelas redes de simpatia e solidariedade à revolução latino-americana, são muitas a se considerar a possibilidade de brasileiros conseguirem documentação de permanência em solo estrangeiro, a repercussão da geopolítica da época, a necessidade de se unir em torno da denúncia da repressão de Estado sem falar no próprio aspecto de atuação clandestina destes grupos. Se chegando ao exterior alguns militantes não tinham muito claro qual seria a melhor maneira de denunciar o regime, em alguns outros casos, o embaraço em se declarar como revolucionário estava relacionado à política do próprio país de acolhimento e ao instinto de preservação do militante. Este foi, por exemplo, o caso da chegada de Maria Augusta Carneiro a Cuba, trocada no sequestro do embaixador americano. Perguntada de qual organização armada ela fazia parte, Maria Augusta se assumiu como um quadro do movimento estudantil. Conforme seu depoimento para o documentário Hércules 56 de Silvio Da-Rin, “[...] eu saio, você vê que [em Cuba] eu ainda estou no clima da cadeia, vem um repórter, sei lá se é polícia [...] vem um cara com um bloquinho na mão me perguntando [...] Que organização? Não, não reconheço. Tinha que ser assim”. A defesa dos princípios revolucionários também não deixou de ser realizada no exterior ou mesmo, na volta ao Brasil, com a Anistia. *Na Tribune de Genève*, Jean Marc Von der Weid ao ser entrevistado para o jornal em fevereiro de 1971, afirmou que a única solução encontrada até aquele momento no combate à ditadura no Brasil, era a luta armada. Edmauro Göpfert e Apolônio de Carvalho no jornal suíço *Tages-Anzeiger Zürich*, de junho de 1970 não esconderam suas motivações políticas. Perguntado pelo jornalista porque tinha sido preso, Göpfert respondeu fazer parte de uma organização revolucionária e ter sido ativo militante desde os tempos de escola. Apolônio por sua vez, explicou aos jornalistas o objetivo e o funcionamento da guerrilha brasileira e finalizou com a frase, “continuaremos lutando”. João Amazonas, dirigente do PC do B, na volta ao Brasil em dezembro de 1979 reafirmou a necessidade da luta armada e da violência revolucionária, quando disse ao jornalista Marcel Niedergang do *Le Monde*, “é preciso mobilizar as massas a fim de criar uma forte corrente em favor da democracia, mas isso não quer dizer, excluir a luta armada e a violência revolucionária”. Há que se considerar o comportamento de alguns militantes no exterior como dependentes também das diretrizes das organizações das quais faziam parte. Alguns saíram com a incumbência expressa de denunciar a repressão na Europa, como foi o caso de José Luiz del Roio e de Aloysio Nunes, ambos militantes da ALN. O material de imprensa do período pôde ser consultado no Ibero Amerikanisches Institut Berlin (IAI). Agradeço à gentileza de Caterina Indolfo e de Gudrun Schumacher responsáveis pela Seção de Pesquisa.

<sup>25</sup> Mesmo porque as denúncias de violência começaram a repercutir nos acordos econômicos entre os países, afastando novos investidores de áreas que para o Brasil, por exemplo, eram estratégicas.

<sup>26</sup> Refiro-me aqui à atitude por parte de alguns militantes, de suavizar o tipo de engajamento político não assumindo claramente a opção pelo confronto armado.

## 2. Rede *Solidariedade* – França

A paz na Argélia não levou todos para a casa. Como parte da luta anticolonialista surgiu em Paris um grupo chamado *Solidariedade*. Fundado em 1962 por ex-combatentes da Guerra da Argélia, tendo na figura de Henri Curiel seu principal líder e criador, a ideia da Rede *Solidariedade* surgiu de um acordo estabelecido entre Henri Curiel e Ben Barka, militante marroquino, chefe do movimento terceiro mundista e pan-africano<sup>27</sup>.

Henri Curiel, ele mesmo um exilado político, comunista judeu banido do Egito pelo Presidente Gamal Abdel Nasser tomou como tarefa principal auxiliar a maior parte dos movimentos revolucionários pelo mundo. Financiada pelos argelinos, em especial durante o governo argelino de Ben Bella<sup>28</sup>, e tendo como base principal de suas atividades a cidade de Argel, a organização criada por Curiel tinha como lema: *l'heroïsme pour nous c'est de rester en vie* (heroísmo para nós é permanecer vivo).

*Solidariedade* teve sede em Paris e funcionava em duas frentes: uma legal, de contornos caritativos e ligada a atividades de socorro emergencial junto a refugiados, e outra clandestina, que recolhia fundos, medicamentos, promovia cursos, cuidava dos meios de transporte, mantinha um sistema regular de correio (Rossano, 1997: 14 e Gaucher, 1981: 188).

Nas memórias de Adolfo Kaminsky, um dos maiores quadros europeus de falsificação de documentos, o primeiro Congresso de *Solidariedade* aconteceu nos dias 1 e 2 de dezembro de 1962, numa periferia parisiense onde se reuniram cerca de trinta pessoas algumas provenientes da FLN (Frente de Libertação Nacional), três pertencentes aos quadros do PCF, dois pastores, um padre, um belga e um suíço representando seus respectivos grupos (Perrault, 1984: 108 e Kaminsky, 2009: 105)<sup>29</sup>.

*Solidariedade* apresentou um recrutamento heteróclito quando incorporou nos anos 1960 rostos novos como cristãos, trotskistas, antigos comunistas, pacifistas, sindicalistas, castristas, nacionalistas, maoístas (Gaucher, 1981: 179 e 182). Se não havia ingerência direta nas organizações a quem a Rede *Solidariedade* prestava sua ajuda, por outro lado, Henri Curiel estimulava também a relação entre as organizações (Perrault, 1984: 118).

Todo o *savoir-faire* obtido durante a guerra da Argélia por estes combatentes foi empregado em auxílio a outras frentes de luta. No início como constata uma de suas integrantes, as tarefas do grupo eram bastante simples, limitando-se a ajudar a retirar pessoas ameaçadas de seus países de origem ou transportar objetos, passando posteriormente, a formar grupos de trabalho setorializados e especializados em explosão de pontes, em falsificação de documentos, em maquiagem, em comunicação, em tradução, em medicina (informação verbal)<sup>30</sup>.

<sup>27</sup> A partir de 1964 começou se a organizar a Conferência Tricontinental, prevista para o ano seguinte em Cuba. Ben Barka era o grande líder desta Conferência, tendo sido designado seu presidente.

<sup>28</sup> Após a queda de Ben Bella o centro gravitacional da organização passou a ser Paris e o financiamento passou a ser feito por cotização entre os próprios integrantes de *Solidariedade* e outras organizações de ajuda ou simpatizantes de esquerda. Amaral, Maria. Entrevista. [maio 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Champigny, Paris, 2013.

<sup>29</sup> Kaminsky, Adolfo. Entrevista. [jun. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013.

<sup>30</sup> Amaral, Maria. Entrevista. [maio 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Champigny, Paris, 2013.

Uma das primeiras tarefas da Rede *Solidariedade* foi auxiliar os militares desertores da Guerra do Vietnã<sup>31</sup>. Depois, prestou sua ajuda aos Panteras Negras transportando seus militantes mais procurados até a Argélia. O braço de *Solidariedade* era de fato muito amplo, tendo sido colocado à disposição da Tunísia, Venezuela e de grande parte dos movimentos de guerrilha da América Latina: Haiti, República Dominicana, Nicarágua, El Salvador, Brasil, Chile, Bolívia, Argentina.

A Rede não se limitou apenas a providenciar alojamento, trabalho, documentos ou dinheiro aos exilados e vítimas de tortura, ela ajudou também a remobilizá-los (prolongando as técnicas das organizações ou lhes ensinando outras). Mesmo porque, acordos estabelecidos com outros grupos de ajuda, já realizavam este trabalho de acolhimento. *Solidariedade* tinha como *compagnons de route* grupos da sociedade civil como o Movimento de Paz, França-URSS, Associação dos Juristas Democratas, União Internacional dos Estudantes, a Federação Sindical Mundial. Estas organizações facilitavam contatos com simpatizantes de partidos, com liberais e até mesmo com pessoas de direita (Gaucher, 1981: 187 e Perrault, 1984: 148).

Reforçada por reconhecidas organizações caridosas que lhes serviam também de cobertura, quando um agente de ligação era um pastor protestante, um membro da Cruz Vermelha, um integrante do Socorro Popular ou membro do CGT, *Solidariedade* podia recorrer a tais forças sempre que possível (Wangen *apud* Perrault, 1984: 229 e 231)<sup>32</sup>.

Todo ano organizações humanitárias vertiam para *Solidariedade* somas variáveis, mas não desprezíveis de dinheiro. Toneladas de medicamentos foram enviadas ao Vietnã, através da colaboração de organismos como CIMADE, Liga dos Direitos do Homem e Movimento de Paz (Perrault, 1984: 148 e 231). France Terre d'Asile (França Terra de Asilo), por exemplo, surgiu da Rede *Solidariedade* de Curiel, podendo contar com dois de seus ex-integrantes que consagraram suas vidas ao acolhimento de refugiados e à sua instalação em território francês (informação verbal)<sup>33</sup>. Alguns conventos dominicanos também emprestavam seus estabelecimentos para abrigar quadros perseguidos, para a realização de reuniões ou para a preparação de quadros (informação verbal)<sup>34</sup>. As associações de juristas intervinham também impulsionando comitês de apoio aos presos políticos, lançando campanhas de assinaturas, mobilizando a opinião pública para o caso dos militantes ameaçados (Perrault, 1984: 229).

A estrutura de *Solidariedade* era diferente da máquina pesada dos partidos, em especial do Partido Comunista<sup>35</sup>. Seu ecletismo pode estar na origem de sua longa existência, que se calcula em dezesseis anos de atuação até o assassinato de Henri Curiel, em 1978<sup>36</sup>. A Rede não tinha posições políticas definidas, mas se defendia como uma central de ajuda aos movimentos de libertação no mundo, aos movimentos de luta anti-imperialista, tendo servido a 13 países diferentes. Como

---

<sup>31</sup> Era o chamado Grupo Liberdade, uma filial de desertores americanos enviados à Alemanha. Durante a Guerra do Vietnã Antoine Griset, gerente do jornal *Libération* (1981-1987), onde mantinha uma coluna com o pseudônimo de *Docteur Sourire*, foi um dos responsáveis por esta rede de deserção de soldados (Rossano, 1997:18 e Serge, July, 1995).

<sup>32</sup> Henri Curiel repetia com frequência aos seus militantes: a clandestinidade é uma limitação que deve ser evitada tanto quanto possível.

<sup>33</sup> Wangen, Sylviane Abou. [jul. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013.

<sup>34</sup> Barth, Maurice. [jul. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013.

<sup>35</sup> Embora Henri Curiel se assumisse como um comunista independente, era entusiasta do governo russo. O militante foi acusado de ser um agente da KGB numa campanha difamatória que teve início no ano de 1976 perdurando até 1978, ano de seu assassinato na França.

<sup>36</sup> A Rede continuou atuando até o ano de 1981, quando seus remanescentes foram presos.

afirmado por Didar Rossano, ativa integrante da Rede, “nossa ação não repousava em modelos” (Rossano, 1997: 10).

Ao verificarmos o contexto da época, como afirmou Jules Monnerot, fundador do partido comunista martinicano, a luta daqueles anos foi empreendida por redes independentes das estruturas comunistas oficiais, mesmo que militantes ortodoxos, às vezes, fizessem parte delas. O fato novo dos anos sessenta foi a emergência de uma variedade de revolucionários que utilizavam a ajuda das duas metrópoles ortodoxas, Moscou e Pequim, manifestando-se de maneira tal que não se comprometiam oficialmente com o sistema russo-comunista, justamente com a finalidade de manter sua espontaneidade e certa liberdade de movimento (Monnerot, 1969: 689 e 690)<sup>37</sup>.

Evidentemente na luta contra os Estados Unidos, as simpatias por Cuba e as atividades dos agentes soviéticos poderiam oferecer condições favoráveis para o campo da esquerda (Gaucher, 1981: 256). Não se pode esquecer também da mutação produzida nos partidos comunistas após a morte de Stálin, que fez surgir organizações paralelas que se distanciavam da nova linha política adotada (embora continuassem utilizando apoio de países do bloco socialista). Este período é dominado por dois importantes fenômenos, embora contraditórios: de uma parte a coexistência pacífica, de outro lado a explosão de movimentos insurrecionais no Terceiro Mundo, cuja chama vinha principalmente de Cuba.

Adolfo Kaminsky, um dos maiores quadros europeus de falsificação de documentos, atividade que teve sua origem durante a Guerra quando ficou conhecido por salvar milhares de crianças judias, lembra-se das motivações para sua adesão à Rede, “o termo não existia ainda na época, mas eu era profundamente anticolonialista” (Kaminsky, 2009: 105). “Quando terminou a guerra, continuei seguindo as causas justas”.<sup>38</sup> Ele declara que via o projeto de falsificação de documentos como uma forma de fazer pressão sem entrar na engrenagem da violência, pois, como afirmou em seu livro,

Por toda parte no mundo os povos lutavam pela liberdade. Depois dos dominicanos e dos haitianos, foi a vez do Brasil ficar sob o jugo de uma ditadura militar em 1964. Em seguida à Conferência Tricontinental de Havana em 1966, foi criada a Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) [...] que congregava os movimentos revolucionários da Argentina,

<sup>37</sup> Um exemplo paradigmático desta tentativa de autonomia se verificou nas relações bilaterais entre Cuba e URSS e em particular entre a linha guevarista e castrista. Por questões de espaço, não poderemos tratar em maiores detalhes da complexidade geopolítica da época, mas gostaríamos de destacar que URSS e Cuba compartilharam interesses geopolíticos e trocaram favores. Se durante uma década (1960-1970) Fidel Castro exportou a revolução, ao preço de relações econômicas e ideológicas precárias com a União Soviética, estas mesmas relações também determinaram idas e vindas do governo cubano em relação às chamadas “missões internacionalistas”, a seu apoio à luta de guerrilhas nos países do Terceiro Mundo e à política americana de Jimmy Carter. O trabalho de Moniz Bandeira mostrou as ambivalências e confluências da esquerda da época, sobretudo os conflitos entre defensores da guerra de guerrilhas e quadros oficiais dos Partidos Comunistas (PCUS, europeus e latino-americanos). Se no início dos anos de 1960 Fidel afirmou “aqueles que não são combatentes revolucionários não podem ser chamados de comunistas” apoiando Ernesto Che Guevara e mantendo uma distância segura das influências soviéticas, em meados dos anos de 1970, Fidel Castro, num processo de estalinização cubano, “prometera cooperação [...] conquanto se retraísse na exportação das guerrilhas para a América Latina e limitasse sua assistência à treinamento, assessoramento e armas, não abdicando de sua militância internacional e intensificando a presença de Cuba na África [...]”. Moniz afirma que Fidel tomava decisões políticas independentes da URSS, ainda que viesse a receber seu apoio material, já que segundo ele, “a URSS começava a depender dos soldados de Cuba para expandir sua influência” (Ver Moniz Bandeira: 1998, 573-583, sobretudo o capítulo XVI). As redes de apoio aos países do Terceiro Mundo, para existirem, também se moveram diante das ambiguidades do cenário político internacional, e muitas vezes as ultrapassaram, quando contatos entre a luta armada e a esquerda partidária foram estabelecidos pela base ou mesmo isoladamente. Como Didar Rossano escreveu em suas memórias, “Henri não acreditava nos novos Vietnãs anunciados pelo Che. Ele tinha o hábito de dizer que já era um milagre que houvesse um” (Rossano, 1997:18). Mesmo assim a Rede *Solidariedade* continuou dando sustentação aos movimentos latino-americanos, a despeito das conflituosas relações mantidas entre Curiel e Cuba, em especial, pela tentativa de controle do Estado cubano.

<sup>38</sup> Kaminsky, Adolfo. Entrevista [jun. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013

Venezuela, El Salvador, Nicarágua, Colômbia, Peru, Uruguai, Chile unidos pela Revolução na América Latina [...]. Todos esses países vieram se juntar à minha lista [...] (Kaminsky, 2009: 199. Tradução nossa).

*Solidariedade* teve seu apogeu no ano de 1972. Quando a organização foi criada, segundo uma de suas integrantes, a noção de Terceiro Mundo, inicialmente “percebida como uma força política não engajada entre os dois blocos, estava em vias de tomar uma conotação revolucionária anti-imperialista com o castrismo. Foi um grande momento” (Rossano, 1997: 17). Mas, como ela acrescenta, “a Argélia não era Cuba, mesmo se os revolucionários cubanos viessem estudar os nossos métodos de formação [...] mesmo se a Argélia ajudasse as lutas de libertação e não apenas as colônias (Rossano, 1997: 13)”. Como escreveu Rossano,

Era necessário continuar a ajudar os movimentos comprometidos nas lutas de libertação específicas: direções marxistas das lutas de libertação armadas nas colônias portuguesas da África Austral, luta armada contra um sistema de Apartheid na África do Sul, conflitos não solucionados entre israelenses e palestinos no Oriente Médio, lutas armadas contra as novas ditaduras na América Latina apoiadas pelos Estados Unidos, como no Chile e na Argentina. Numa época em que se preparava a segunda “guerra fria”, quando a guerra dos Estados Unidos não havia acabado no Vietnã, quando movimentos de luta armada explodiam no ocidente [...]. Em alguns anos, da habitual rotina de ajuda fornecida aos grandes movimentos de libertação conhecidos por todos, *Solidariedade* (...) se transformou em uma espécie de rede muito ativa, que colocava em marcha estratégias fora do comum. Foram os anos mais apaixonantes de *Solidariedade*. Henri Curiel tinha o dom de se adaptar às novas situações [...]. Relembrando de nossos princípios: apoio incondicional às lutas armadas de libertação contra o colonialismo e o apartheid, as ditaduras corrompidas e sanguinárias do Terceiro Mundo, os regimes fascistas da Europa, recusa de toda colaboração com grupos terroristas nos Estados de regime democrático, ajuda no diálogo para a solução do conflito árabe-israelense (Rossano, 2007: 20. Tradução nossa).

Verifica-se assim, como esta Rede extramuros foi ativa reforçando a luta política dos até então chamados Países do Terceiro Mundo. Suas influências na América Latina foram notáveis.

### 3. Uma Rede “Subversiva Humanitária” na América Latina

O coronel aviador brasileiro, Maurício Seidl, transferido para a reserva pela ditadura brasileira conta que teve oportunidade de trabalho na Argélia justamente mantendo contato com a Rede Curiel<sup>39</sup>. Foi levado à Rede por um conhecido guerrilheiro da FLN (Frente de Libertação Nacional) especializado em ações de sabotagem e contrabando de armas para Espanha, Tunísia e Angola. Seidl chegou a receber proposta de pilotar o avião que conduzia Ben Bella em suas missões sem, contudo, ter aceitado a oferta indo trabalhar na *Air Algérie* (Seidl, 1963). Seu elo para a chegada à Argélia, em janeiro de 1965, foi Didar Rossano, representante de Curiel em Argel. Seidl é um dos poucos brasileiros a mencionar a Rede *Solidariedade* em seu livro.

A polícia de fronteira existente em Manaus suspeitava da saída de militantes do Brasil utilizando a logística do francês desde 1967. Investigava também uma possível relação entre a guerrilha no Brasil e as lutas de libertação da Guiana e do Suriname para a entrada de armas pela floresta da Guiana

<sup>39</sup> Maurício Seidl foi piloto militar da Força Aérea Brasileira (FAB) durante 21 anos até abril de 1964, quando foi atingido pelo Ato Institucional n° 1 (AI-1).

Francesa, ou pela Amazônia venezuelana, que serviriam para abastecer a guerrilha de Che Guevara (AEL/UNICAMP/BNM, 1967)<sup>40</sup>.

Não é demais lembrar que o general francês Paul Aussaresses foi o responsável na região pela instrução das Forças Armadas brasileiras transmitindo os ensinamentos adquiridos na repressão aos nacionalistas argelinos<sup>41</sup>. Muitos ensaios nucleares conduzidos pela França em seus territórios *d'outre-mer* serviram como pretexto para treinamentos e emprego de técnicas repressivas, transplantadas depois, por exemplo, no Panamá, sede da escola das Américas instalada por Washington para treinamento da luta antirrevolucionária (Robin, 2004).

Se houve cooperação francesa na luta contra a guerrilha no Brasil, as forças revolucionárias brasileiras também souberam utilizar as estruturas da esquerda clandestina francesa para impulsionar sua luta. Uma das figuras bastante conhecidas no Brasil e que integrou a Rede *Solidariedade* na Europa, foi o militante do PCBR Apolônio de Carvalho<sup>42</sup>. Como afirmou Maria do Amaral:

[...] o golpe de Estado no Chile nos mobilizou. *Solidariedade* criou um grupo especial, denominado *Grupo Jacques* para se encarregar de retirar militantes perseguidos e apoiar a resistência interna. Este grupo foi liderado por Apolônio de Carvalho [...] que posteriormente se desentendeu com Curiel (Perrault, 1984: 286. Tradução nossa).

Em 1973-74 as ações de *Solidariedade* aconteceram principalmente na Argentina. Tratava-se de retirar um número de revolucionários da América do Sul que se encontrava em perigo após a queda de Salvador Allende no Chile. Um número cada vez mais crescente de organizações de esquerda haviam se estabelecido em território chileno, provenientes do Paraguai, do Uruguai, da Venezuela (MIR), do Brasil (ALN, VPR, PCBR, MR-8), da Bolívia, etc. (Perrault, 1984: 254-255).

A França e particularmente Paris constitui-se numa base para pessoas que estavam decididas a prosseguirem na luta revolucionária. *Solidariedade* previa, por exemplo, o retorno de certo número de pessoas escalonadas para voltar ao continente latino-americano entre abril e dezembro de 1975 (Perrault, 1984: 254-255). O *Grupo Jacques* também havia criado pequenas empresas para os exilados chilenos. Como afirma Amaral,

Nós tínhamos coletado somas consideráveis junto aos sindicatos holandeses e escandinavos. Henri me enviou à Argentina no quadro deste *Grupo Jacques*. *Solidariedade* conseguiu

<sup>40</sup> De fato, o grupo de Henri Curiel prestou uma ajuda pontual ao Movimento de Libertação da Zona Caraíba (MLZC) auxiliando militantes do *Front Antillo-Guyanais* – proibidos de sair do território francês – a ganhar países como Tunísia e Marrocos para se juntarem a treinamentos de guerrilha da frente antilhana (Perrault, 1984: 162-163). O campo de ação deste grupo se estendia aos países e ilhas que controlavam o acesso oriental do Canal do Panamá.

<sup>41</sup> A se considerar a farta documentação produzida no exílio dando conta dos acordos econômicos que determinavam a vigilância no Cone Sul podemos também entender os gastos em Segurança Nacional e com formação de quadros no Brasil, principalmente em zonas consideradas estratégicas para a política econômica do governo brasileiro. O ano de 1967 ficou marcado pelo deslocamento de tropas para a região amazônica brasileira e pela instalação da Zona Franca de Manaus, quando o governo militar se lançou na construção da Transamazônica, obra “faraônica” utilizada para a legitimação do regime e de sua política econômica. Os treinamentos contraguerrilha ocorreram tanto no exterior – na Escola das Américas – como no Brasil, quando em Manaus, se instalou em 1967 o CIGS, Centro de Instrução de Guerra na Selva, comandando pelo coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que treinaria militares chilenos inclusive, e cujos “formandos” atuariam anos depois na região do Araguaia, combatendo os militantes do PC do B. Recai ainda sobre o Brasil o ônus de ter instruído e exportado a violência para os demais países do Cone Sul, instalando bases militares nos países vizinhos ao mesmo tempo em que eram realizados acordos econômicos.

<sup>42</sup> Apolônio pertenceu às Brigadas Internacionais e lutou na Guerra Civil Espanhola. Na Resistência Francesa, combateu junto ao Francs-Tireurs et Partisans (FTP). No Brasil foi oposição à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e ao Regime militar (1964-1985) tendo pertencido ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Foi preso e enviado ao exílio em 1970 em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben.

retirar uma grande quantidade de chilenos que aguardavam próximos à fronteira argentina. Para salvá-los, nós criamos ateliês. Foi uma operação que exigiu um dinheiro considerável e que funcionou muito bem. Eu fui à Mendoza estabelecer contatos, aos pés da Cordilheira dos Andes. Minha viagem também tinha o objetivo de dar cursos aos chilenos e aos uruguaios exilados. Eu dei cursos de comunicação, de transformação de pessoas, de falsificação de documentos e de propaganda armada. Eu tinha a sensação de levar alguma coisa vital. Um papel é uma vida. Minha segunda missão consistia em dar curso de clandestinidade aos eclesiásticos chilenos (Perrault, 1984: 268-271. Tradução nossa)<sup>43</sup>.

O primeiro membro de *Solidariedade* enviado ao Chile foi uma mulher membro do Partido Comunista francês e contato imediato de Charles Tillon (resistente do Francs Tireurs et Partisans Français-FTP). Foi esta militante a responsável pelo transporte das primeiras 300 carteiras de identidade produzidas pela organização, por assegurar contatos com o Brasil, Uruguai, Peru e Argentina e por entregar dez mil dólares à guerrilha salvadorenha (Perrault, 1984: 272). Segundo Didar, *Solidariedade* esteve em contato com os grupos latino-americanos desde os primeiros anos de sua existência, mesmo que isso representasse, “se introduzir em um continente completamente controlado pelos Estados Unidos e seus serviços secretos (Rossano, 1997: 39)”. Como ela disse, “foram seis anos de dinamismo político, mas também de assassinatos organizados pela CIA para se desembaraçar dos dirigentes de vanguarda (Rossano, 1997: 38-39)”. Seu depoimento mostra em detalhes como a rede atuou no continente latino-americano,

Tratava-se de criar na França uma associação de ajuda aos refugiados políticos. Começando pela ajuda aos militantes que fugiam do Chile de Pinochet. Em Paris, o Grupo Jacques (Pierre em Argel), dirigido por Apolônio de Carvalho, um brasileiro que conheci em Argel, já se ocupava de organizar localmente a retirada de resistentes perseguidos com documentação falsa. Maria Amaral (Amália) que havia se integrado à *Solidariedade* e desde então [quadro] permanente do secretariado, foi uma colaboradora próxima de Henri. No plano político, Amália se ocupava mais especificamente dos contatos com os movimentos de libertação da América Latina. Ela mesma filha da de um pastor exilado da Argentina (que será, aliás, recrutado) se revelará tecnicamente dotada. Com ela e André Haberman o setor transformação de documentos conheceu uma revolução [...]. Em Argel, onde eu estava estacionada, eu me ocupava dos dominicanos de passagem. Intervinha, por exemplo, junto à mulher de Frantz Fanon [Marie Josèphe] que assegurava as transmissões sobre os Movimentos da América Latina na Rádio Estatal argelina. Eu via muito Ania Francos. Na ocasião da intervenção americana a Santo Domingos [1965], eu assegurei o contato (bem compreendido junto ao partido FLN) com um dos dirigentes do “Movimento 14 de junho” que foi assassinado após seu retorno clandestino ao país [...]. As vítimas da invasão de Santo Domingos foram tratadas na Europa. A jovencinha Monique Roumette era encarregada de todo o trabalho de tradução-interpretação com os latino-americanos. Tive muitas ocasiões de revê-la. Todos estes contatos remontam ao período do Presidente Ben Bella quando o “Comandante” Serguera era o embaixador de Cuba em Argel. Nós pudemos assim, enviar a Mehdi Ben Barka uma consistente lista de movimentos de libertação latino-americanos para serem convidados à Conferência Tricontinental que ele organizava, em Havana em janeiro de 1966 (Rossano, 2007: 18. Tradução nossa).

Didar Rossano exilada egípcia em Argel fora levada ao país por Abdelaziz Bouteflika, após fuga da prisão francesa La Petite Roquette durante a Guerra da Argélia. Em seus escritos, mencionou

<sup>43</sup> Maria Amaral deu cursos no Peru e em El Salvador durante esta viagem. AMARAL, Maria. Entrevista. [maio 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Champigny, Paris, 2013.

a passagem pela Argélia de grupos como o MIR chileno, o ERP de El Salvador, e encontros com argentinos e brasileiros.

Maria do Amaral em entrevista contou que foi Curiel quem deu apoio à sua ideia de levar as *arpilleras* a Paris<sup>44</sup>,

Eu digo aos meus amigos de Santiago que eu gostaria de levar alguns trabalhos a Paris. As mulheres se reuniram e me disseram, leve tudo e faça seu melhor. A encomenda pesava mais de 300 kg e para sair do país era necessário preencher formulários e apresentar um fiador de confiança. Eu fui ver o vigário geral de Santiago [...] e nós fizemos um bom trabalho. Em Paris eu mostrei os trabalhos a Henri e nós decidimos realizar uma exposição com apoio da UNESCO. A exposição foi um grande sucesso. Nós a refizemos na Inglaterra, Suécia e Holanda. O CIMADE publicou um livro. As *arpilleras* foram o ponto de partida para a campanha em prol das cantinas populares. Com o dinheiro coletado, nós pudemos dar, com a cobertura da igreja, uma refeição por dia para cinco mil crianças durante cinco anos (Perrault, 1984: 273. Tradução nossa).

O braço da *Rede Solidariedade* na América Latina era assegurado pela presença no continente de Georges Mattéi<sup>45</sup>, militante próximo da revista *Temps Modernes*. O combatente manteve relações com a Rede de Curiel, mas não se integrou a ela organicamente. Contudo, foi o militante mais disponível e o responsável por estabelecer o primeiro contato com Cuba, deslocando-se por vários países como Venezuela, Argentina, Chile e Brasil, onde se encontrou com Carlos Marighella (Einaudi, 2004: 120)<sup>46</sup>.

Outros brasileiros conheceram Mattéi em meados de 1965. O francês manteve contatos com diversas tendências políticas, encontrando-se clandestinamente com lideranças da UNE em São Paulo e Rio de Janeiro, com militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), com Dom Helder Câmara e mesmo no Chile, se reuniu com brasileiros exilados (Einaudi, 2004: 140-141). Seu auxílio à luta revolucionária brasileira não se limitou apenas a conhecer a realidade brasileira ou a realizar propaganda política, mas se inseriu na própria logística do exílio, naquilo que os revolucionários chamavam de “turismo político”, quando quadros da Rede viajavam aos países do Terceiro mundo para compartilhar seus conhecimentos.

Contrariamente à realidade, a diretriz da *Rede Solidariedade* aos seus integrantes era a de jamais estar presente no terreno de luta de outros países. Aqueles que viajam asseguram os contatos, levam mensagens, davam cursos clandestinos, mas não se incorporavam ou participavam de uma ação local. Foi desta forma que o Chile foi frequentemente “visitado” (Perrault, 1984: 182)<sup>47</sup>.

<sup>44</sup> As *arpilleras* eram tapetes populares chilenos bordados com personagens em relevo. Tudo parece ter começado com um militante preso que resolveu contar sua tortura num bordado realizado num saco de farinha. Um capelão conseguiu retirar da prisão sua obra e logo surgiram denúncias contra os prisioneiros no jornal chileno *Mercurio*. A atividade, realizada posteriormente pela maioria de mulheres presas, contava suas trajetórias de dor e sofrimento sob a violência da ditadura.

<sup>45</sup> Mattéi participou da Guerra da Argélia sobre a qual escreveu um livro, *La Guerre de Gusses* relatando os horrores que o Exército francês cometia em nome da República. Tornou-se posteriormente integrante da Frente de Libertação Nacional (FLN) e realizava importantes missões como se encarregar das saídas pela fronteira de muitos mensageiros.

<sup>46</sup> Cuadrado, Floréal. Entrevista. [mar. 2014]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>47</sup> Embora houvesse esta recomendação, isso não impediu, porém que exilados ou integrantes da Rede *Solidariedade* se integrassem à luta armada. Michèle Firk, por exemplo, se inseriu no grupo Fuerzas Armadas Rebeldes (FAR) da Guatemala (Kaminsky, 2009: 224; Einaudi, 2004: 133 e Terk, 2004).

Pelo acima exposto, verifica-se como foi grande a vitalidade desta Rede, entre inúmeras outras que existiram naqueles anos, e que por questões de extensão, não trataremos aqui. Se alguns brasileiros assumiram o exílio para salvaguardar sua integridade pessoal, outros fizeram bem mais do que isso, como quisemos demonstrar neste texto.

## **Conclusão**

Nos limites deste artigo, quisemos mostrar que para além da ruptura e fragmentação política desejadas pela ditadura, o exílio serviu como área estratégica para a militância brasileira e latino-americana. A premissa implícita deste trabalho foi mostrar a dimensão internacional que o processo revolucionário adquiriu, respaldado por acordos e estruturas militantes transnacionais que também se beneficiaram em parte, da relativa perda da capacidade do Estado em reprimir diretamente ações coletivas ou mais isoladas no exterior. Pudemos ver que repartindo suas forças e meios, muitos militantes puderam transformar o exílio numa agência política internacional e num diálogo com a resistência interna.

Tentamos recuperar o dinamismo político da população exilada brasileira, avaliando sua inserção no cenário internacional através da manutenção ou não de práticas de cúpula, mas num contínuo *deslocamento por convicção* e na alimentação de redes clandestinas de sustentação. Nosso objetivo foi compreender a oposição brasileira e seus gestos no exterior, quando grupos independentes se rearticularam em outros países solidificando elos de pertencimento e garantindo reservas à luta de resistência.

## Bibliografia

- Amaral, Maria. Entrevista. [maio 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Champigny, Paris, 2013.
- Apgua, Ricardo. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por Maria Claudia Badan Ribeiro em 05 de junho de 2008.
- Archives Nationales. Archives du Ministère de l'Intérieur Fontainebleau. Pastas *Apatrides e Gauchisme et extreme gauche*, Paris, França. Consulta realizada apenas em um Sumário, em 31 out. 2012. Arquivo considerado de Segurança Nacional, não disponível à consulta.
- Archivo Lelio Basso. Fondo Tribunal Russel II (1972-1976). Série *Corrispondenza*. 1972. Pasta 06. Carta de Márcio Moreira Alves a Lélío Basso, Paris, 06/10/1972. Carta de Lélío Basso a Márcio Moreira Alves, Roma, 29/10/1972. Carta de Márcio Moreira Alves a Linda Bimbi, 28/11/72. Carta de Dom Hélder Câmara a Tim Sheehy, Recife, 01 ago. 1972. Disponível em [Armazemmemoria.com.br](http://Armazemmemoria.com.br)
- Arquivo Edgard Leuenroth, AEL-UNICAMP. Acervo *Brasil Nunca Mais* (BNM), Processos n° 38 (1974), n° 40 (1972), n° 54 (1971), n° 93 (1969), n° 236 (1967), n° 279 (1969) e n° 414 (1969).
- Arquivo Público do Estado de São Paulo. Pasta 30-Z-160-15064, *Venceremos*, 1, abril de 1971.
- Aussaresses, Général (2008). *Je n'ai pas tout dit. Ultimes révélations au service de la France. Entretiens avec Jean-Charles Deniau*. Paris: Éditions du Rocher.
- Barth, Maurice. [jul. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013.
- Birck, Danielle. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por Maria Claudia Badan Ribeiro em 05 de setembro de 2010.
- Breyton, Nair. Entrevista. [jun. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2010.
- BTU Die Behörde des Bundesbeauftragten – Stasi Archiv, Beziehungen de DDR, BRD zu Brasilien (1964-1985), *Guerilla – Bewegung*, BSTU 0130-0180, 31 de maio de 2013.
- Cannabrava, Paulo (2003). *No Olho do Furacão: América Latina nos anos 60/70*. São Paulo: Cortez.
- Cannabrava, Paulo. Entrevista. [maio 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012.
- Catão, Frei Francisco Augusto. Entrevista. [abr. 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012.
- Cavalcanti, Pedro Celso e Ramos, Jovelino (eds.). (1978). *Memórias do Exílio Brasil 1964-1979*. São Paulo: Livramento.
- Chotil, Maria José (2015). *L'exil ouvrier: La saga des Brésiliens contraints au départ (1964-1985)*. Paris: Éditions Estaimpuis.
- Corbisier, Ana. Entrevista. [abr. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2010.
- Cruz, Fábio Lucas (2016). *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)* (mimeo). Tese (Doutorado em História Social) — USP, São Paulo.

- Cuadrado, Floréal. Entrevista. [mar. 2014]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- Da-Rin, Silvio (2007). *Hércules* 56. Brasil: Rio Filme.
- Del Roio, José Luiz (2006). *Zarattini: a paixão revolucionária*. São Paulo: Ícone.
- Del Roio, José Luiz. Entrevista. [abr. 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2012.
- Dias, Renato (2012). *As Quatro Mortes de Maria Augusta Thomaz — Luta Armada/ALN-Molipo*. Goiânia: RD/Movimento.
- Dressel, Heinz (1996). *Kirche und Flüchtlinge. Das Flüchtlingsprogramm des Ökumenischen Studienwerks e. V. Bochum: zur Geschichte des Ökumenischen Studienwerks e.V.* Augsburg: FDL-VERLAG.
- Einaudi, Jean-Luc (2004). *Franc-tireur, Georges Mattéi, de la guerre d'Algérie à la guérilla*, Paris: Sextant.
- Fayal, Tania. Entrevista. [mar. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Maricá, RJ, 2010.
- Fernandes, Daniela. “De Paris para a BBC. Ex-exilado da ditadura relembra isolamento e medo em Paris”. *Radio France Internationale (RFI)*. (2014).
- Filgueiras, Otto (2014). *Revolucionários sem rosto. Uma história da Ação Popular*. v1. São Paulo: Primeiros Tempos. ICP- Instituto Caio Prado Jr.
- Foucher, Mariza. Entrevista. [nov. 2012]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, França, 2012.
- Franco, Marina (2008). *El Exilio. Argentinos en Francia durante la ditadura*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Gallissot, René (2009). *Henri Curiel, Le mythe mesuré à l'histoire*. Paris: Riveneuve.
- Gaucher, Roland (1981). *Le Réseau Curiel ou La subversion humanitaire*. Paris: Éditions Jean Picollec.
- Gertel, Vera (2013). *Um gosto amargo de bala*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gorender, Jacob (1987). *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática.
- Green, James. “Clerics, exiles, and academics: Opposition to the Brazilian Military dictatorship in the United States, 1969-1974”. *Latin American Politics and Society*. Spring, (2003): 87-117.
- Gutiérrez, Cláudio (1999). *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proleta.
- Ibero Amerikanisches Institut (IAI). Imprensa Estrangeira/Brasil (1964-1985). Berlim, 29 maio de 2013. *Tribune de Genève*, fev. 1970 e fev. 1971; *Le Monde*, 24 maio 1970 e 12 dez. 1979; *Feuille d' Avis de Lausanne*, 16 e 17 nov. 1970; *Tages-Anzeiger Zürich*, jun. 1970; *Die Welt*, mar. 1974.
- Kaminsky, Sarah (2009). *Adolfo Kaminsky, une vie de faussaire*. Paris: Calmann-Lévy.
- Kaminsky, Adolfo. Entrevista. [jun. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013.

- Menezes, Valdemar. [Mensagem Pessoal]. Mensagem recebida por Maria Claudia Badan Ribeiro em 04 de abril de 2008.
- Miyaki, Darci. Entrevista. [ago. 2010]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Indaiatuba, SP, 2010.
- Molica, Fernando (2003). *O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o “Chacal brasileiro”*. Rio de Janeiro: Record.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto (1998). *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Monnerot, Jules (1969). *Sociologie de la Révolution. Mythologies politiques du xxe siècle, Marxistes-léninistes et fascistes, La nouvelle stratégie révolutionnaire*. Paris: Fayard.
- Moraes, Maria Lygia Quartim (1996). *Vinte anos de Feminismo*, Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas– IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- Nabuco de Araújo, Rodrigo (2011). *Conquête des Esprits et Commerce des armes. La diplomatie française au Brésil (1945-1974)*. 2011. Thèse en Histoire. Université de Toulouse 2 Le Mirail. Toulouse, France.
- Palmar, Aluizio (2006). *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores.
- Paz, Carlos Eugênio (1997). *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Paz, Carlos Eugênio. Entrevista. [set. 2003]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2003.
- Paz, Carlos Eugênio. Entrevista. [jan. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013.
- Perrault, Gilles (1984). *Un Homme à Part. Tome 2*. Paris: Bernard Barrault.
- Pimenta, Ricardo Medeiros (2014). “A Ditadura militar brasileira e as redes de solidariedade na França dos anos 1970: o ‘fazer’ da ação informativa e o ‘dever’ do trabalho de memória”. Thiesen, Ieléia (ed.). *Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na Ditadura de 1964*. Rio de Janeiro: 7Letras: 231-246.
- Plon, Leneide-Duarte (2016). *A tortura como arma de guerra: da Argélia ao Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Rigouste, Mathieu (2011). *L’Ennemi Intérieur, La généalogie coloniale et militaire de l’ordre sécuritaire dans la France contemporaine*. Paris: La Découverte.
- Robin, Marie-Monique. (2004). *Escadrons de la mort, l’école française*. Paris: Éditions la Découverte.
- Rolland, Denis (2008). “L’État Français et les Exils Brésiliens: Prudence d’État, Guerre Froide et Propagandes”. Muzart-Fonseca, Idelette. (ed.) *L’Exil Brésilien en France: Histoire et Imaginaire*. Paris: Harmattan: 49-123.
- Rolleberg, Denise (1999). *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record.
- Rolleberg, Denise (2000). *O apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad.

- Roniger, Luis (2011) “Reflexões sobre o Exílio como tema de investigação: avanços teóricos e desafios”. Quadrat, Samantha. (ed.) *Caminhos Cruzados: história e memória dos exílios latino-americanos no século XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV: 31-61.
- Rossano, Didar Fawzy (1997). *Mémoires d’ une militante Communiste (1942-1990): du Caire à Alger, Paris et Genève*. Lettre aux miens. Paris: l’Harmattan.
- Rossano, Didar Fawzy (2007). *Il ne faut pas oublier nos morts. L’Affaire Henri Curiel* (document de travail-mimeo).
- Santos, Boaventura de Souza. “Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade”. *Revista Direitos Humanos, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República*, 2 (2009): 10-18.
- Santos, Luciano Felipe (2014). *Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, São Paulo.
- Seidl, Maurício (1963). *Voo Cego Rumo ao Exílio*. Europa.
- Serge, July. “[Antoine Griset est mort](#)”. *Libération* (1995).
- [Suíça expulsa banidos](#). Correio da Manhã (1970) 1º Caderno.
- Teitelboim, Volodia (2001). *Noches de Radio (Escucha Chile!)*. Tomo I e II. Santiago: Editorial LOM.
- Terk, Boris. (2004). *Michèle Firk est restée au Guatemala. Portrait d’une cinéaste en armes*. Paris: Syllepse.
- Wangen, Sylviane Abou. [jul. 2013]. Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. Paris, 2013.
- Zamikowski, Eliane. Entrevista. [set. 2010] Entrevistador: Maria Claudia Badan Ribeiro. São Paulo, SP, 2010.